

OESP
26/3/99 A-10

Governo libera corte seletivo de árvores em algumas áreas da Amazônia Legal

Medida atinge apenas terras com plano de manejo aprovado

SANDRA SATO

BRASÍLIA - O governo decidiu ontem liberar o corte seletivo de árvores em áreas situadas na Amazônia Legal que já contem com o plano de manejo aprovado. A liberação será imediata para áreas com até 200 hectares e, acima desse tamanho, para as que já tiverem sido vistoriadas. Dos 3 mil planos de manejo apresentados, apenas 826 foram aprovados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por cumprirem as exigências.

Para quem não dispõe de plano

de manejo, permanece proibido o desmatamento, conforme previsto pela instrução normativa 4 do Ministério do Meio Ambiente, até que se encerre a rodada de negociações com os setores envolvidos, no dia 31, quando novas regras deverão ser anunciadas. Falta ouvir ainda os pecuaristas e representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Movimento dos Sem-Terra (MST).

As madeiras cortadas antes do dia 25 de fevereiro, data da instrução normativa que suspendeu por 120 dias os desmatamentos, poderão agora ser transportadas porque voltarão a ser liberadas as Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPFs). "Só vamos dar ATPFs para os que tiverem a origem do produto comprovada em um plano de manejo sustentável", disse o ministro do Meio Am-

biente, José Sarney Filho, que justificou sua decisão de suspender os novos cortes de árvores como uma forma de frear a "tendência de aumento de desmatamento", registrada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

A decisão do governo dividiu os madeireiros presentes. A representante da Associação dos Madeireiros do Norte do Mato Grosso, Elisabete Domingues de Moraes, teme que o Ibama não entregue ATPFs suficientes para o transporte como, segundo ela, teria ocorrido em 98 por desorganização dos postos do órgão. Se o caso se repetir, ela diz que o governo estará novamente jogando os madeireiros para a ilegalidade. "Sem uma exploração sustentável, nós vamos destruir a Amazônia", alertou o diretor da Federação das Indústrias de Mato Grosso, Apolinário Stuhler.